



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**GESTÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO EM UMA  
COMUNIDADE DE ARACOIABA-CE**

**ANTONIO RONIELLE FRAGA FLORENCIO**

REDENÇÃO  
2020

ANTONIO RONIELLE FRAGA FLORENCIO

GESTÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO EM UMA  
COMUNIDADE DE ARACOIABA-CE

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública na modalidade a distância, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito para obtenção dos créditos do título e bacharel.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Me. Vanessa Ingrid da Costa Cardoso

REDENÇÃO

2020

Todos os direitos reservados. De acordo com a lei n.º 9.610, de 19/02/01998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informação ou transmitida sob qualquer forma ou por meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento dos autores e dos editores.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - Unilab

Sistema de Bibliotecas da Unilab - (Sibiuni)

Catálogo na fonte

Bibliotecária: **Elineuza dos Santos Ferreira** – CRB-3 / 1132

---

F633g Florencio, Antônio Ronielle Fraga.

Gestão de agricultura familiar: estudo de caso em uma comunidade de Aracoiaba-Ce. Redenção: UNILAB, 2020.

36 p. : il.

1. Agricultura familiar. 2. Comunidade rural. 3. Gestão e desenvolvimento. I. Título. II. Antônio Ronielle Fraga Florêncio.

CDD 630.81

---

Índice para catálogo sistemático

Agricultura familiar

630.81

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA

ANTONIO RONIELLE FRAGA FLORENCIO

GESTÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO EM UMA  
COMUNIDADE DE ARACOIABA-CE

Monografia julgada e aprovada para obtenção do título de Bacharel da Universidade da  
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: 20/11/2020

Nota: 7.5

Banca Examinadora:

---

Profa. Me. Vanessa Ingrid da Costa Cardoso  
Orientador(a)

---

Prof.(a) Maria do Socorro Maia Silva

---

Prof.(a) Alexandre Oliveira Lima

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura organizacional da Comunidade Kolping da Agricultura Familiar de Tigipió	21
Figura 2 – Pontos positivismo e negativos da Comunidade Kolping apontados	23

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS COMUNIDADES RURAIS.....	10
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR.....	11
2.3 A GESTÃO DAS COMUNIDADES NO BRASIL.....	12
2.4 OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS COMUNIDADES RURAIS BRASILEIRAS.....	13
2.5 A OBRA KOLPING E A COMUNIDADE KOLPING DE AGRICULTURA FAMILIAR DO SÍTIO TIGIPIÓ.....	16
3. METODOLOGIA.....	15
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	20
4.1 DISCUSSÃO .....	254
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	27
REFERÊNCIAS .....	29
APÊNDICES .....	33
ANEXOS.....	35

# **GESTÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO EM UMA COMUNIDADE DE ARACOIABA-CE**

**Antonio Ronielle Fraga Florencio**

**Profa. Me. Vanessa Ingrid da Costa Cardoso**

## **RESUMO**

A cooperação entre pessoas em comunidades rurais, em razão do benefício comum, é uma prática mundial. Atualmente, nas organizações em comunidades rurais existe maior liberdade no desenvolvimento de suas atividades, o que desencadeou dificuldade na organização social e outros desafios como a evasão, êxodo rural, por falta de atrativos e a falta de organização burocrática. Este trabalho tem como objetivo analisar as práticas de gestão da Comunidade Kolping de agricultura familiar em Aracoiaba-CE, localizada no Sítio Tigipió no Nordeste brasileiro. O estudo abrange uma análise do modelo de agricultura familiar, relacionando com os costumes históricos da comunidade e com outros modelos existentes no país e no mundo, identificando os problemas e os relacionando às possíveis soluções administrativas. Foram realizadas entrevistas com membro associado da comunidade, e com um ex-presidente da organização, os quais evidenciaram que a comunidade não possui problemas que divergem do restante do país, evidenciando que existe um padrão de falta de incentivo administrativo e participação que acarreta a desvalorização dessas organizações. Apesar de toda dificuldade, a comunidade ainda é a principal fonte de desenvolvimento para a localidade e trouxe vários benefícios para as famílias, um deles, e talvez o mais importante citado nas entrevistas, foi a água encanada para as residências.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Comunidade Rural. Desenvolvimento.

## ABSTRACT

Cooperation between people in rural communities, because of the common benefit, is a worldwide practice. Currently, in organizations in rural communities there is greater freedom in the development of their activities, which has triggered difficulties in social organization and other challenges such as evasion, rural exodus, due to the lack of attractions and the lack of bureaucratic organization. This work aims to analyze the management practices of a family farming community in Aracoiaba-CE in a community located in Northeast Brazil, the Kolping Family Farming Community, from Sítio Tigipió. The study covers an analysis of the family farming model, relating it to the historical customs of the community and to other existing models in the country and in the world, identifying the problems and relating them to possible administrative solutions. Interviews were carried out with an associate member of the community, and with a former president of the organization, which showed that the community does not have problems that differ from the rest of the country, showing that there is a pattern of lack of administrative incentive and participation that leads to devaluation. of these organizations. Despite all the difficulties, the community is still the main source of development for the locality and brought several benefits to the families, one of them, and perhaps the most important mentioned in the interviews, was the piped water for the homes.

**Keywords:** Family Farming. Rural Community. Development.

## 1. INTRODUÇÃO

O alicerce da agricultura familiar em comunidades rurais é o cooperativismo entre pessoas pertencentes a diferentes famílias, em razão do bem comum. As atividades realizadas podem envolver desde o uso comum da terra para plantação e produção do próprio alimento até o fortalecimento do produto no mercado, quando a produção é destinada ao comércio (MORAES; SCHWAB, 2019).

A agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos no mundo, e no Brasil, isso não é diferente. Sendo assim, o pequeno produtor de comunidades rurais brasileiras é um grande influenciador do desenvolvimento do país, no universo da agricultura, é um importante protagonista de um segmento produtivo que contribui diretamente com a riqueza interna do país (SCOLARI, 2006).

No passado, os associados eram totalmente subordinados e não se tinha intendência nessas associações. Hoje em dia, os integrantes das comunidades dispõem de mais liberdade e autonomia na produção e desenvolvimento das atividades, mesmo se tratando de um sistema cooperacionista (COSTA et al., 2015).

Antes, por se tratar de um sistema de subordinação em que havia maior desigualdade entre os cooperados em decorrência de possíveis desvios dos lucros, a falta de autonomia e de liberdade dos cooperados, era um problema crucial para o desenvolvimento das atividades nas associações. Atualmente, os cooperados possuem maior liberdade no desenvolvimento das atividades de agricultura familiar dentro das associações, concomitantemente, essa liberdade desencadeou certa dificuldade na organização social e falta de integrantes associados para o desenvolvimento das suas atividades e produção (OLIVEIRA, 2007).

As comunidades rurais enfrentam demasiada falta de estrutura para o seu desenvolvimento e, organização administrativa, preparo dos gestores, atividades atrativas e, conseqüentemente, o êxodo rural se torna cada vez mais presente nessas comunidades (SIMIONI et al., 2009). Apesar disto, estas organizações são responsáveis por imenso desenvolvimento local, através da luta cotidiana para aumento na qualidade de vida, a busca a acesso a bens de consumo básicos dos integrantes ativos dessas organizações e também para o bem dos moradores da comunidade em geral.

Sendo assim, a busca por novas parcerias por seus organizadores, além das atividades de produção, e a tentativa de implantar projetos sociais nas comunidades, mantém um regime ativo de reuniões semanais para apuração das atividades desenvolvidas. Porém, a

organização e o direcionamento das reuniões, muitas vezes não condizem com o que de fato a comunidade necessita, nem abrange as atividades desenvolvidas pela associação (SIMIONI et al., 2009). A falta de exclusividade dos membros associados seja por motivos pessoais ou pela falta de confiança nos planos de trabalhos, contribuem para falta de organização administrativa (MACIEL et al., 2018). Aliado a tudo isso, a falta de políticas públicas efetivas, sejam elas municipais, estaduais ou federais, principalmente direcionadas para o nordeste brasileiro, agrava o quadro de fracasso das organizações dessa região (SOARES; PIRES, 2018).

Comunidade Kolping de agricultura familiar em Aracoiaba-CE, é uma associação de agricultores rurais que, desde a década de 90 em que foi fundada, vem de maneira estrutural, desenvolvendo atividades em prol da comunidade local do Sítio Tigipió. Com ideologia religiosa cristã, faz parte da Obra Kolping fundada na Alemanha e possui um estatuto que segue os moldes estabelecidos pelos seus organizadores. O principal objetivo da associação é trazer, para a comunidade local, desenvolvimento através da busca pela melhoria na qualidade de vida e ascendência social.

Dessa forma, justifica-se que a presente pesquisa se relaciona à Administração pública tendo em vista que a agricultura familiar representa um fator preponderante no desenvolvimento social de municípios como Aracoiaba-CE e que a gestão desta atividade precisa de políticas públicas equiparadas à sua relevância haja visto o impacto na comunidade. Aliado a isso, as comunidades rurais de Aracoiaba possuem incentivo da administração pública do município, porém, não o suficiente para o pleno desenvolvimento social da comunidade. E conhecer e avaliar os trabalhos desenvolvidos nas comunidades rurais é uma forma de explorar a prática cotidiana, bem como a contribuição à comunidade, a gestão, os desafios e dificuldades enfrentadas por estas no desenvolvimento da produção agrícola familiar. Só assim será possível evidenciar as soluções, com bases administrativas que possam ajudar a sanar os problemas dessas associações tão importantes em âmbito do desenvolvimento nacional. Então, quais seriam os principais problemas enfrentados nas comunidades rurais de agricultura familiar para o desenvolvimento das atividades e na busca da ascensão social?

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho é analisar as práticas de gestão da Comunidade Kolping de agricultura familiar em Aracoiaba-CE. Como objetivos específicos tem-se:

- i. Analisar o modelo de agricultura familiar desenvolvido na comunidade Kolping;
- ii. Levantar os benefícios proporcionados pela associação à comunidade local;

- iii. Descrever o funcionamento da gestão da referida comunidade;
- iv. Identificar os desafios enfrentados pela comunidade.

Para alcançar tais objetivos, desenvolve-se uma pesquisa descritiva acerca do que acontece em uma comunidade de agricultura familiar do interior de um estado do nordeste brasileiro. Realizando, portanto, estudo de caso na Comunidade Kolping de Agricultura Familiar. Tratar-se-á da descrição sistemática do conteúdo obtido por meio de entrevistas realizadas com os organizadores e membros da comunidade do Sítio Tigipió e com a comunidade.

A monografia foi estruturada inicialmente em cinco seções. A Introdução que mostrou como o produtor rural é importante para a economia interna do país, assim como a evolução organizacional e a sua importância para as comunidades rurais. O referencial teórico trouxe um histórico inicial encontrado na literatura sobre os modelos de gestões em comunidades rurais no mundo e no Brasil. Assim como dados sobre o produto interno bruto e a contribuição do pequeno produtor para o desenvolvimento do país. Enfatizaram-se também, como as comunidades lidam com as dificuldades diárias para desenvolvimento das suas atividades e a importância social delas nas comunidades a que pertencem. A metodologia delimitou a método exploratório utilizado por meio de entrevista e visita técnica. Através dos resultados e discussão foi possível conhecer, os membros e gestores da comunidade e os trabalhos desenvolvidos, assim como as dificuldades encontradas e as possíveis soluções para cada uma. Nas considerações finais, destaca-se os principais achados da pesquisa, conforme o escopo e objetivos estabelecidos.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Esta seção apresenta os aspectos conceituais dos temas cerne desta pesquisa, especificamente sobre a agricultura familiar e a gestão de comunidades rurais.

### **2.1 A administração pública e as comunidades rurais**

A administração pública, seja ela na esfera federal, estadual ou municipal, é responsável pelo estabelecimento de políticas públicas pautadas para o bem estar da sociedade como um todo (BRASÍLIA, 2008). Sendo assim, as comunidades rurais que desenvolvem agricultura familiar esperam ser assistidas por políticas públicas de incentivo e de apoio, tal qual qualquer outro patamar da sociedade. É cada vez mais comum que estas comunidades montem uma estrutura organizacional de gestão voltada para conseguir, junto aos órgãos públicos, benefícios para a comunidade em geral.

A organização social de comunidades rurais hoje em dia está atrelada ao desenvolvimento local e há uma forte interdependência entre os estímulos de mercado e os programas de transferência de renda, o que remete a disposição institucional que reduz ou favorece a produção rural e vice versa (MAKISHI; VEIGA; ZACARELI, 2017). Sendo assim, é importante que o poder público municipal mantenha uma relação amigável com os gestores dessas comunidades em prol do desenvolvimento local e que também possuam políticas públicas voltadas para o bem estar das comunidades, uma vez que, o poder municipal é o que se encontra mais próximo e acessível aos cidadãos dessas comunidades.

Como acontecimento marcante em relação à relação da administração pública e a agricultura familiar, tem-se em 1995, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que, segundo Anjos et al. (2004, p. 532) foi “um divisor de águas no processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural brasileiros.”.

Sobre essa relação, De Sousa (2015, p. 121) salienta que este “é um dos temas que circundam o desenvolvimento rural, sendo uma das principais atividades que incentivaram a rediscussão de políticas públicas e mecanismos para a promoção do desenvolvimento em âmbito rural.”.

Porém, sabe-se que na prática, as conquistas alcançadas nas comunidades rurais que desenvolvem agricultura familiar e que possuem o mínimo de organização administrativa,

não são fáceis, mas que a união dos seus membros e gestores e a participação dos demais membros da comunidade, fortalece e facilita o sucesso.

Percebe-se, portanto que a agricultura familiar consiste em um tema correlato à administração pública, especialmente por estar ligada aos programas do governo de desenvolvimento local.

## **2.2 Agricultura familiar**

Apesar da maior parte de pessoas viverem nos grandes centros urbanos, a agricultura familiar é uma prática desenvolvida globalmente. Tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, a agricultura familiar é predominantemente importante, pois, cerca de 70% de todos os alimentos consumidos no mundo todo, são produzidos por pequenos agricultores (ONU, 2017). Na Europa existe a Política Agrícola Comum (PAC), fundada com o intuito de defender os interesses do pequeno agricultor europeu, garantido a sua renda e o seu bem estar econômico (CARVALHO, 2016). Em países como a China, a agricultura familiar foi base para o desenvolvimento do país, na década de 70, com o contrato familiar de responsabilidades nos negócios, as terras chinesas foram compartilhadas entre famílias que receberam total autonomia para explorarem e comercializar os produtos (BRITO; MACIEL, 2016).

Nos Estados Unidos, a agricultura familiar se sustenta a partir da produção de alimentos de qualidade sustentável e orgânicos, que abastece o comércio urbano, destinado à classe média do país (JAGER, 2004). Os dados da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO, 2015) evidenciam que existem no mundo inteiro, mais de 500 milhões de propriedades familiares que vivem, praticam e dependem da agricultura, gerenciando a maior parte das terras e produzindo a maioria dos alimentos consumidos no mundo.

No Brasil, a agricultura familiar representa todas as formas de produção no cultivo da terra no meio rural, em que a organização e a mão de obra são desenvolvidas predominantemente por famílias (GUANZIROLI; CARDIM, 2000). Neste sentido, a agricultura familiar é um importante impulsionador do Produto Interno Bruto, correspondendo a 35% deste, o que contribui diretamente para o desenvolvimento do país (MDA, 2014; BEZERRA; SCHLINDWEIN, 2017). Para se ter uma ideia, a agricultura familiar brasileira produz em torno de 70% dos alimentos produzidos no país, sendo a base econômica de 90% dos municípios brasileiros (PORTAL BRASIL, 2020).

Uma pesquisa para traçar o perfil do produtor rural brasileiro realizada pelo Departamento do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e pela Organização das Cooperativas Brasileiras, em que considerou a escolaridade, a renda, o tempo de desenvolvimento da atividade e a sucessão familiar, evidenciou que os a maioria dos produtores do campo possuem segundo grau completo, vivem basicamente da produção, estão no negócio a mais de trinta anos, porém, atualmente 72% dos filhos não participam das atividades no campo (ICAGRO, 2016).

Fica assim evidenciado que a agricultura familiar em comunidades rurais além de ser o sustento de inúmeras famílias, esta é essencial para o desenvolvimento econômico de um país, sendo parte importante do produto interno bruto. E que, apesar disto, no Brasil não se têm uma política pública especialmente direcionada ao bem estar do pequeno produtor rural como se tem na Europa.

### **2.3 A gestão das comunidades no Brasil**

As comunidades ou cooperativas de agricultura familiar, nada mais são que a união dos agricultores de uma localidade rural, que junto à Receita Federal, registram-se no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, criando assim uma empresa voltada para produção rural e desenvolvimento local. Segundo Bezerra e Schlindwein (2017), apesar de serem consideradas uma ótima forma para obtenção de ganhos, em canais de comercialização, principalmente com a diversificação dos produtos, estas organizações ainda são pouco representativas no território nacional e que possuem sérios problemas de gestão e de apoio técnico. Aparentemente, os programas sociais do governo funcionam bem para o acesso facilitado às linhas de créditos, porém, quanto menores forem as comunidades rurais que desenvolvem atividades cooperativistas, mais impactadas serão devido à falta de infraestrutura, planejamento e gestão.

Tal problema ocorre desde as definições de nomes do agricultor familiar rural brasileiro, que variam de localidade para localidade do país, influência política, e situação conceitual acadêmica (ENGEL *et al.*, 2017). Segundo Engel *et al.* (2017), os colonos, os sítiantes, os ribeirinhos, os moradores e os agricultores, são nomes imediatos e sem influência conceitual e/ou política; já o agronegócio, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Via Campesina, a Confederação

Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e o Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Santa Catarina, são os nomes politicamente influenciados.

As comunidades de agricultura familiar brasileiras, no geral, apresentam uma estrutura burocrática pouco rebuscada, em que dificulta a participação do associado por visar lucro imediato sem um planejamento prévio (BIALOSKORSKI, 2003). A baixa participação dos associados talvez seja o problema central que estas organizações enfrentam no âmbito nacional. No nordeste do Brasil, o quadro não é divergente, pois é um dado excessivamente presente em levantamentos realizados, evidenciando que as comunidades rurais de agricultura familiar nordestinas, operam em suma, movidas mais pelas boas intenções dos envolvidos, do que por meios instrumentais com mecanismos capazes de superar a sua atual situação (SOARES; PIRES, 2018). De modo geral, a participação efetiva dos associados é de fundamental importância e, talvez por isso, este seja o principal obstáculo enfrentado, além da desmotivação e o fracasso acarretado pela não participação dos membros nas decisões socioeconômicas da organização (BIALOSKORSKI, 2003; SOARES; PIRES, 2018).

Um modelo de comunidade em parceria com outros países, já existe no Brasil. Por exemplo, a Obra Kolping, uma associação sem fins lucrativos que visa à erradicação da pobreza, por meio de projetos que atuam no combate à fome e a seca visando o desenvolvimento comunitário (KOLPING, 2020). Integrada a Igreja Católica Romana, a Obra Kolping possui sede em Colônia, Alemanha (KETTELER; MAINZ, 1864). A Obra/Rede Kolping (GÖBELS, 1964) está presente em mais de 60 países. No Brasil, são mais de 21 comunidades associadas e, no Nordeste, no estado do Ceará a Comunidade Kolping da Agricultura Familiar de Tigipió, localizada no município de Aracoiaba, é um exemplo desse tipo de parceria.

Esses modelos de convênio com associações maiores sem fins lucrativos pode ser uma forma de fortalecer a organização das comunidades de agricultores familiares. Aliado a uma maior organização das políticas estruturantes de apoio à agricultura familiar, uma efetiva adaptação da legislação à realidade da agricultura familiar, à formação e capacitação dos coordenadores, gestores e o seu acompanhamento contínuo, será possível garantir o gerenciamento correto destas organizações proporcionando o seu sucesso (AMORIM-JUNIOR et al., 2015). Em conjunto a isto, o desenvolvimento de projetos sociais nas comunidades, organizados pela gestão, e a busca por parcerias para o desenvolvimento dos projetos, pode ser o ponto de partida para a garantia de seu sucesso nas comunidades rurais.

## 2.4 Os principais desafios enfrentados pelas comunidades rurais brasileiras

Os principais desafios enfrentados pelo pequeno produtor rural brasileiro são a privação de insumos agrícolas, o difícil acesso ao crédito rural, a insuficiência hídrica (dependendo da região pode se agravar) e a falta de conhecimento técnico (EMBRAPA, 2018). O nordeste brasileiro que possui os menores índices de desenvolvimento humano e escassez hídrica é a região mais afetada por estes problemas (REBOUÇAS, 1997).

Sendo assim, o governo federal, como parte de suas políticas públicas, possui uma gama de programas de incentivo à agricultura familiar, que se intensificou a partir de 2003. Uma faixa de 77 programas do governo destinados a agricultura familiar, entre eles, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que proporcionou aos pequenos produtores a venda da sua produção para instituições públicas como hospitais, universidades e presídios, sem a necessidade de uma licitação, estipulando apenas que o preço ofertado pelos produtores não seja superior ao do mercado; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) juntamente com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) que fiscaliza a condução do programa, promove a aliança entre agricultura familiar e a merenda escolar de escolas do ensino básico; o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que facilita o financiamento para a compra de imóveis rurais, que dispõem de linhas de crédito para famílias com até R\$500 mil de patrimônio e inscritos no sistema de Cadastro Único; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que possui várias linhas de créditos específicas (Pronaf Agroindústria, Pronaf Cota-Parte, Pronaf Custeio, Pronaf Floresta, Pronaf Jovem, Pronaf Mais Alimentos e Pronaf Mulher) e foi reconhecido como referência pela ONU (STOCK; PIONTKEWICZ; SCHIOCHET, 2017).

Mesmo com todas estas opções de facilitação de linhas de créditos, o agricultor familiar muitas vezes não consegue ter acesso a um plano ideal para o desenvolvimento das suas atividades. Então, uma saída é se aliar legalmente a outros agricultores locais para poder conseguir o financiamento desejado. Mesmo o Brasil possuindo muitos programas governamentais voltados ao incentivo à prática da agricultura familiar. na prática pode ser que estes programas governamentais são mesmo efetivos e completos no desenvolvimento das atividades e gestão em comunidades cooperativistas de agricultura familiar.

Porém, o compromisso dos associados é um ponto a ser considerado. Frente ao desempenho da organização, que não se restringe apenas ao seu ambiente interno, considerando que ela faz parte de um ambiente institucional e que provoca demandas e

obrigações para adequação, uma vez que intervém na conduta dos envolvidos, a determinação dos associados em nutrir ou não a sua lealdade perante as circunstâncias em que sua condição individual se ponha em posição de risco pode, para a relação com a organização, trazer ônus o/ou custos adicionais (SIMIONI et al., 2009). Seria assim a evasão e/ou a falta de compromisso dos associados um dos principais problemas enfrentados pelas comunidades rurais de agricultura familiar brasileiras, além da falta de infraestrutura e treinamento técnico.

Dessa forma, observa-se que as comunidades rurais de agricultura familiar, no geral, enfrentam desafios e possuem pouco apoio para o desenvolvimento das suas atividades. Porém, é nítido que já existem inúmeros programas federais de políticas públicas de incentivo e apoio aos pequenos produtores rurais, mas, não se tem um programa que garanta o bem estar social dos produtores rurais independentemente das eventualidades.

## **2.5 A Obra Kolping e a Comunidade Kolping de Agricultura Familiar do Sítio Tigipió**

Obra/Rede Kolping é uma organização social internacional ligada à Igreja Católica Romana com sede na Alemanha, uma associação de jovens católicos trabalhadores, inspirada nas atividades do padre alemão Adolph Kolping (GOBELS, 1964). A Obra Kolping opera de forma semi-independente, em que, cada paróquia ou região eclesiástica possui a sua própria Sociedade Kolping. Está presente em mais de 60 países, com 450.000 membros em 5.800 Sociedades (KOLPING, 2020).

Presente em quase todos os estados do Brasil, a obra Kolping possui 46 anos de atuação e é uma associação sem fins lucrativos que visa à superação da pobreza por meio de formação e trabalho. Possui vários projetos de programas de desenvolvimento social como: Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes, Formação de Jovens e Adultos, Combate a Fome e a Seca, Promoção Integral da Família e Desenvolvimento Comunitário (KOLPING, 2020).

Os trabalhos desenvolvidos pela Comunidade Kolping de Agricultura Familiar do Sítio Tigipió se enquadram na proposta nacional da Obra Kolping, como o projeto de luz elétrica e água encanada para todos da comunidade, construção do posto de saúde para atendimento comunitário, construção da biblioteca como um espaço de cursos e formação técnica, trazendo assim desenvolvimento social e melhoria de vida. Quanto ao modelo de agricultura familiar desenvolvido na comunidade, são praticados cultivo consorciado de grãos como milho e feijão e criação de gado, não se distanciando das práticas desenvolvidas nas demais organizações da localidade. Quanto ao processo de gestão, observa-se que são realizadas semanalmente reuniões que tratam basicamente de assuntos agrícolas e são

limitadas pela falta de exclusividade dos membros e reuniões mensais, para planejar as atividades sociais e fazer um levantamento sobre o que a comunidade precisa.

### 3 METODOLOGIA

Pesquisa é uma prática investigativa composta por um processo sistemático para produção de conhecimento, um conjunto de atividades controladas e orientadas para este fim (FORTE, 2004). A produção de conhecimento está intrinsicamente relacionada com a lapidação de um conhecimento empírico e/ou um conhecimento pré-existente sobre determinado assunto, em que o seu aprimoramento, ampliação, atualização traz benefícios não só para os indivíduos que o desenvolveu quanto para a sociedade (FORTE, 2004).

As pesquisas podem ser classificadas quanto à natureza das variáveis, em quantitativa, dados numéricos em que há predomínio de cálculos estatísticos e qualitativa, em que a análise é feita por classificações dissertativas; quanto ao seu objetivo em exploratória, descritiva e explicativa em que a exploratória é usada em casos em que há pouco conhecimento sobre o assunto, a descritiva evidencia como um fenômeno ocorre a partir de uma hipótese e a explicativa busca entender porque o fenômeno ocorre; e quanto aos procedimentos utilizados como o estudo de caso (busca por um perfil), pesquisa de campo (resulta em generalizações com certas restrições), pesquisa bibliográfica (levantamento delimitado de estudos publicados sobre o assunto), pesquisa experimental (amostragens na busca para responder a causa da existência do fenômeno) (FORTE, 2004).

No âmbito das ciências sociais, há um predomínio de pesquisa de campo apoiada por pesquisa teórico-empírica (FORTE, 2004). Sendo assim, a presente pesquisa é qualitativa para o desenvolvimento de uma pesquisa exploratória e descritiva, através de entrevistas em estudo de campo (GOODE; HATT, 1979), com o intuito de avaliar a realidade social de uma comunidade de agricultura familiar rural no interior do Ceará, Nordeste do Brasil e poder comparar com a realidade do Nordeste, do Brasil e de outros países.

Para coleta de dados, foram aplicadas perguntas realizadas em entrevistas com a gestão da comunidade (Apêndice A) e com moradores do Sítio Tigipió comunidade rural (Apêndice B), pontuando os principais pontos-problema encontrados nas atividades da organização.

Entrevistas foram realizadas com Francisco Rafael de Oliveira, “ex presidente” da comunidade, e com a Maria Raquel Lucena da Silva secretária da gestão atual da comunidade, a fim de analisar a perspectiva da gestão. Além disso, um morador da comunidade do sítio Tigipió, escolhido aleatoriamente, representando a comunidade local, respondeu às perguntas referentes ao Apêndice B. As entrevistas foram realizadas via rede social, devido à atual

condição sanitária pandêmica mundial. As entrevistas foram realizadas nos meses de setembro e outubro.

As perguntas expostas no Apêndice A compuseram o instrumento de coleta para estruturar a entrevista com o intuito de conhecer o histórico das gestões da organização, assim como entender o cotidiano das atividades desenvolvidas no local, principais desafios e benefícios alcançados pela organização para a comunidade local.

As perguntas expostas no Apêndice B foram realizadas para entender como a comunidade local enxerga a organização e se de fato a mesma é considerada um instrumento de desenvolvimento social e para explicar sobre o engajamento da comunidade nas atividades da organização.

A comunidade Kolping de Agricultura Familiar de Tigipó, onde foi realizada a pesquisa (vale salientar que tivemos autorização para estudar e citar a comunidade neste estudo) está localizada na comunidade rural Sítio Tigipió, pertencente ao município de Aracoiaba, Maciço de Baturité, no Ceará. Tal comunidade foi selecionada como objeto de análise desta pesquisa porque além de apresentar um modelo de organização social administrativa muito comum na história do Brasil, esse tipo de organização possui grande importância para região Nordeste brasileira, em termos de desenvolvimento social.

Quanto à relação com a Administração Pública local, a gestão administrativa da comunidade é um instrumento que a fortalece a busca de desenvolvimento, apoio e melhorias sociais, se mantendo com uma certa organização administrativa que desenvolve trabalhos buscando o desenvolvimento local e qualidade de vida, junto à administração pública do município.

A relação que a comunidade tem com a gestão pública do município é realizada estritamente pelos representantes, gestores da comunidade. Porém, essa parceria nem sempre traz bônus para a comunidade e, a organização procura outros meios de conseguir renda, como rifas, bingos, cursos, a própria mobilização dos associados e comunitários para construção de prédios como o posto de saúde, as cisternas de captação de água, a biblioteca, e assim desenvolver as atividades e ascensão social na comunidade.

É através de muita luta que a organização consegue, junto ao município, trazer melhoria de vida para as pessoas do Sítio Tigipió, e isso acarreta no desinteresse dos moradores locais em se associar à organização. O descaso da gestão pública com essas comunidades, muitas vezes é o principal motivo para a criação desse tipo de organização. A busca por melhoria de vida local sempre foi um desafio para as pessoas que moram em zonas rurais no nordeste brasileiro.

A distância dos centros urbanos, a pequena quantidade de moradores residentes nesses lugares, faz com que os gestores municipais apenas se voltem para essas localidades em dois momentos, ou quando tem uma organização com representantes ou quando é período de eleições municipais e/ou estaduais. Nota-se que há um grande interesse no segundo momento.

O relato da construção do posto de saúde realizada pelos associados e pelos os moradores, na esperança de que a gestão municipal iria encaminhar uma equipe de saúde e planejamento familiar para atuar no posto, porém, o município não o fez, e a construção tornou-se um prédio abandonado, deixa claro como a relação comunidade e gestão do município não é boa, sendo este trabalho um possível objeto para incentivar tal relação.

#### 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Por meio das perguntas realizadas nas entrevistas (Apêndice A), pôde-se conhecer um pouco sobre o histórico da organização e as atividades atualmente desenvolvidas. Os entrevistados, ex-presidente da comunidade e atualmente associado ativo, e a atual secretária, relataram grande desenvolvimento e melhoria de vida alcançada pela Comunidade Kolping.

Quanto ao primeiro questionamento aos entrevistados, percebeu-se que a comunidade possui um registro sob o CNPJ 63.367. 585 0001/00 e razão social Comunidade Kolping da Agricultura Familiar de Tigipió. E, logo observa-se um ponto positivo, porque além de ser a forma que a Receita Federal, usa para identificar legalmente as empresas em atividade, é o atestado de que a empresa existe, e é o que garante seus direitos fiscais e jurídicos através do registro.

Adicionalmente, pesquisou-se pelo CNPJ e constatou-se que as atividades descritas são: atividade principal: atividades de associações de defesa de direitos sociais; e atividades secundárias: atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte, atividades associativas não especificadas anteriormente.

O segundo questionamento respondido infere que a gestão da associação é constituída atualmente por: Presidente, Vice-presidente, Tesoureiro, Vice-tesoureiro, Secretaria, Conselho fiscal e Suplentes.

Além disso é constituída por agricultores e familiares e pessoas da comunidade local. Sendo assim, observou-se que a comunidade possui uma estrutura de gestão minimamente organizada para o desenvolvimento das suas atividades. Porém, com poucos membros participativos não gestores, conforme Figura 1.

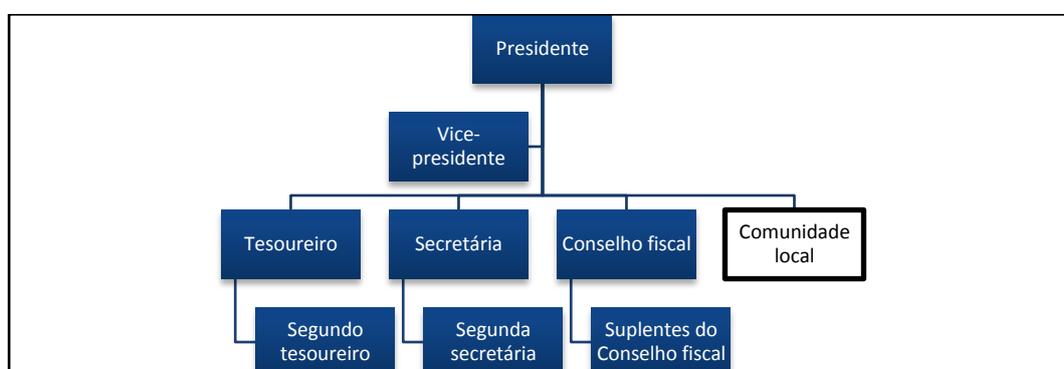


Figura 1 – Estrutura organizacional da Comunidade Kolping da Agricultura Familiar de Tigipió

Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa.

Vale salientar que não foi mencionado pelos entrevistados que os gestores recebam algum tipo de remuneração ou incentivo financeiro para o desenvolvimento das atividades de gestão da comunidade.

Segundo o estatuto da comunidade, compete ao presidente representar a Comunidade Kolping da Agricultura Familiar do Tigipió ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; constituir procuradores, indicados pela diretoria da comunidade; convocar e presidir as reuniões da diretoria e convocar as assembleias gerais; assinar, em conjunto com o tesoureiro em exercício documentos que envolvam responsabilidade financeira e bancária.

Compete ao vice-presidente auxiliar o presidente e substituí-lo em todas as suas atribuições, nas ausências, impedimentos e recusas.

Compete ao primeiro secretário secretariar as reuniões de diretoria e das assembleias gerais e lavrar as competentes atas; conservar em dia e ordem a correspondência e os documentos; emitir as resoluções deliberadas pela diretoria da comunidade; na ausência do tesoureiro e de seu vice, poderá em caráter excepcional assinar documentos financeiros. Compete ao Segundo Secretário auxiliar o Primeiro Secretário e substituí-lo em todas as suas atribuições, nas ausências, impedimentos e recusas.

Compete ao primeiro tesoureiro providenciar a arrecadação das contribuições, anuidades e quaisquer outros valores, efetuar depósitos bancários e prestar contas mensalmente por ocasião das reuniões da diretoria, e ainda manter a escrituração de acordo com a legislação vigente; supervisionar os serviços de contabilidade e apresentar balancetes e balanços; planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades de diversas áreas de apoio administrativo e da área financeira, fixando políticas de gestão dos recursos financeiros disponíveis, estruturar, racionalizar, e adequar os serviços de apoio administrativo junto à diretoria tendo em vista os objetivos da organização; assinar, em conjunto com o presidente documentos que envolvam responsabilidade financeira. Compete ao segundo tesoureiro auxiliar o primeiro tesoureiro e substituí-lo em todas as suas atribuições, nas ausências, impedimentos e recusas.

Ainda segundo o estatuto, compete ao conselho fiscal examinar semestralmente e dar parecer sobre a escrituração, balancete, balanço e relatório da Diretoria; dar sugestões que visem o desenvolvimento dos recursos financeiros da comunidade Kolping da Agricultura Familiar do Tigipió.

A comunidade local participa ao se associar à organização, ou quando participam de atividades fornecidas pela organização, como cursos, oficinas, ou até mesmo as reuniões

semanais da comunidade. Existe um interesse em se associar pelo fato de que a organização historicamente partilha das atividades locais de agricultura, criação de gado, fornece cursos, participa de eventos de encontros com outras comunidades Kolping o que enriquece a troca de conhecimentos entre os associados.

A criação da Comunidade Kolping da Agricultura Familiar de Tigipió ocorreu no ano de 1993. O seu surgimento veio da necessidade de união e organização dos agricultores em prol de melhorias para comunidade do Sítio Tigipió e para juntos buscarem projetos e melhorias para a comunidade. Considerando o tempo de criação da organização, 27 anos, constatou-se uma certa solidez e empenho em manter as atividades para melhoria e desenvolvimento da comunidade. Uma vez que, mesmo com a mudança de membros gestores ao longo dos 27 anos, percebeu-se que a comunidade continua sendo o principal instrumento de melhoria de vida local, o que aumenta o interesse em mantê-la funcionando.

Referente às principais atividades desenvolvidas pela organização, eles responderam que as primeiras práticas foram a criação coletiva de gado, construção de um espaço para o armazenamento de mercadorias e suprimentos para uso em comum das famílias, com a intenção de organização social, a busca por água e luz, a luta por espaço de discussão, parcerias de sindicatos, e demais projetos que possam contribuir para a melhoria da participação do associado. Com isso, as atividades iniciais e atuais da organização foram diretamente ligadas às práticas já tradicionalmente desenvolvidas pela comunidade. Isso está relacionado ao histórico de desenvolvimento local e a cultura para a sobrevivência da comunidade.

Em relação a estas atividades desenvolvidas pelo objeto de estudo, a gestão pública entrevistou no que se refere a projetos maiores, como o projeto de luz elétrica e água encanada para as residências, e deixou a desejar no projeto de saúde pública, com o descaso com o posto de saúde e os demais projetos menores já citados.

Além disso, sobre qual o principal objetivo da atual da gestão, os respondentes enfatizaram a busca por melhorias para comunidade. Fortalecimento do incentivo da agricultura familiar, melhores condições de moradia, água encanada, melhorias de renda, conseguir uma mini fábrica de castanha, um projeto de irrigação do rio Choró, para uma comunidade mais produtiva e gerar emprego e renda.

Neste ponto nota-se a falta de políticas públicas que assistam esse tipo de comunidade. A necessidade da união entre produtores rurais para conseguir o mínimo de melhoria, desenvolvimento e qualidade de vida em localidades rurais brasileiras.

Em relação a isto, vale salientar que as fontes de recursos financeiros atualmente associadas à Comunidade Kolping da Agricultura Familiar de Tigipió são dos meios de agricultura e criação de gado e dos movimentos que a organização faz para conseguir recursos financeiros como rifas, leilões, bingos, cestas básicas, entre outros. O dinheiro arrecado é voltado para os projetos da comunidade e os lucros divididos entre os envolvidos.

Finalmente, perguntou-se sobre os principais desafios enfrentados, e foi mencionado que existem muitas limitações, e que a maior delas é o fato de seus membros possuírem outros afazeres e não existe dedicação total à organização. Mesmo com todo o esforço da gestão em trazer desenvolvimento para a comunidade, os moradores muitas vezes relutam em participar como membros efetivos e alegam falta de tempo para a dedicação das atividades. Neste ponto, pode-se destacar que a falta de apoio governamental, como o treinamento dos gestores, para uma maior estruturação técnica atrativa para a organização.

Além destas informações, foram coletadas respostas de um morador do Sítio Tigipió, conforme instrumento de coleta disposto no Apêndice B, no intuito de analisar a visão de uma pessoa da comunidade local acerca da atuação da Comunidade Kolping da Agricultura Familiar de Tigipió.

Referente a primeira pergunta, que questiona se alguém da família é membro da comunidade Kolping, ele respondeu que sim, na família dele existem associados na organização. Isto significa que, apesar de ele não ser membro ele conhece um pouco da dinâmica da organização.

Quando foi perguntado sobre as atividades desenvolvidas pela organização, ele respondeu que cerca de 105 cisternas já foram construídas pelo enfrentamento das gestões, doações de cestas básicas, vários cursos, formações para jovens e adolescentes foram feitas. Isto demonstra a popularidade da organização e o seu valor social na comunidade. Ele afirmou que participa das atividades desenvolvidas pela comunidade, indicando a vontade do morador da comunidade em participar das ações realizadas. Isto é positivo e indica o quanto que a organização influencia positivamente na vida social dos moradores da comunidade.

Quanto às reuniões da associação ele afirmou que participa das reuniões e que estas são abertas ao restante da comunidade e a todos que queiram participar. Isto indica que a organização tenta engajar os moradores da comunidade nas atividades. Isso é de extrema importância, uma vez que os moradores ficam atualizados das atividades e podem até opinar sobre o seu desenvolvimento. Ele afirmou que existe desenvolvimento local proporcionado pela comunidade como: a construção das cisternas calçadão e de placa, o programa de

abastecimento de água da comunidade do Tigipió Maguary e Andrenopolis, o posto de saúde e o prédio da associação.

Observou-se que a organização como um dos principais propulsores de desenvolvimento econômico e social da comunidade. Além das muitas conquistas positivas, a organização proporciona interação social entre os integrantes da comunidade e, segundo ele, os pontos positivos foram o abastecimento de água e a construção das cisternas e, o ponto negativo, foi a construção do posto de saúde construído pela comunidade e que foi doado à prefeitura na esperança de melhorias, porém, não foi o que aconteceu, falta médico, não tem remédio e o prédio está quase tombando sem a manutenção adequada.

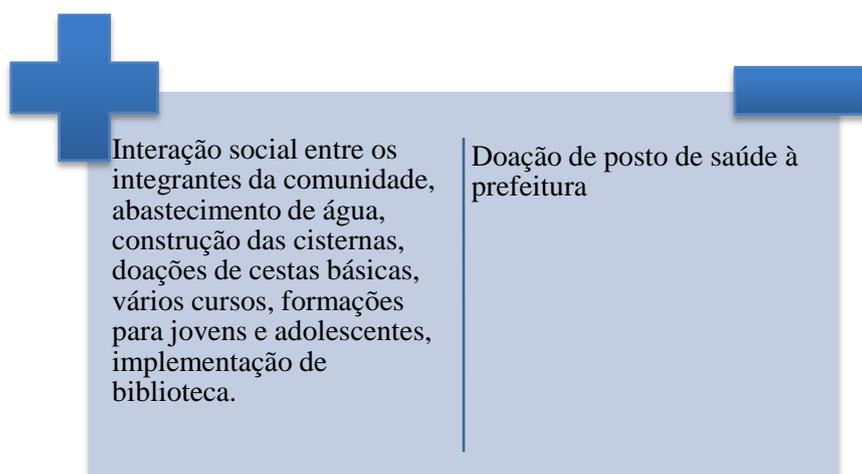


Figura 2 – Pontos positivos e negativos da Comunidade Kolping apontados

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa

Ao avaliar os pontos positivos e negativos, foi possível observar que, apesar das dificuldades, existem muitos benefícios e desenvolvimento na comunidade. E que as dificuldades enfrentadas pela organização em nada diferem dos problemas enfrentados pelas demais comunidade rurais do Brasil.

Sendo assim, encontra-se um padrão de dificuldades enfrentadas por estas organizações nessas comunidades rurais brasileiras, que é a total e/ou parcial falta de apoio dos gestores políticos municipais.

#### 4.1 Discussão

Apesar das limitações relatadas pela organização da Comunidade Kolping de Agricultura Familiar, do Sítio Tigipió, que não são diferentes das encontradas no Nordeste (SOARES; PIRES, 2018), no Sul (BEZERRA; SCHLINDWEIN, 2016) e de forma geral no Brasil (ENGEL et al., 2017), como a falta de incentivo e infraestrutura, a evasão dos cooperados, o êxodo rural e a falta de organização burocrática (ENGEL et al., 2017), foi possível observar os benefícios e o desenvolvimento associados às atividades da organização.

São muitos os benefícios alcançados pela organização como a implementação de uma biblioteca e de um espaço destinado à realização de cursos oferecidos a comunidade. Recentemente, a comunidade também conseguiu trazer água encanada e sistemas de armazenamento de água, as cisternas de placas. Isso demonstra que a organização exerce positivamente o seu papel de impulsionadora do desenvolvimento local.

Estas organizações de associação rurais no nordeste brasileiro são uma mistura de participação democrática com projetos de interesse comum a todos, mas que não possuem modos e/ou recursos necessários para a implantação, onde também não dispõem de gestores e cooperados especializados, preparados no campo dos negócios agrícolas (SOARES; PIRES, 2018). Diferentemente da Europa, que possui um órgão governamental efetivamente ativo destinado aos interesses do pequeno produtor europeu (Carvalho, 2016).

Porém, o formato em parceria que a Rede/Obra Kolping possui, beneficia e fornece um modelo estável de troca de experiências com integrantes da obra de outros países. Por exemplo, segundo o ex-presidente da associação, a comunidade foi beneficiada com a visita de uma comitiva de jovens alemães da Diocese de Hildesheim, que se encontram fazendo um intercâmbio de experiências Brasil - Alemanha, juntamente com representantes da diretoria da Obra Kolping. Nesta expedição, os membros da comitiva visitaram a comunidade e participaram de várias atividades tais como: banho de rio, visita as cisternas de placas, celebração religiosa, quadrilhas improvisadas, forró pé de serra e ajudaram no mutirão da construção do centro comunitário (Anexos). Evidenciando assim como esse modelo de associação traz benefícios e solidez às comunidades rurais e desenvolvimento local com melhoria de vida das pessoas.

A organização busca trazer desenvolvimento para a comunidade de Tigipió, melhoria de vida, que são parâmetros que deveriam ser pautados e resolvidos pelos gestores políticos do município. Esse tipo de organização comunitária, além de conseguir desenvolvimento como melhoria de condições de vida, traz uma importante conscientização política à respeito de como os políticos deveriam proceder, de qual é o papel dos políticos e

da própria comunidade em benefício próprio. Sendo assim, a importância de uma maior organização em termos de gestão e treinamento dos gestores poderia resolver o problema da evasão dos associados.

Logo, é possível verificar que as práticas de gestão da comunidade de agricultura familiar em Aracoiaba-CE são realizadas com o intuito de trazer desenvolvimento social à comunidade e melhoria de vida para os moradores, respeitando os costumes históricos, incluindo valores religiosos e econômicos. Especificamente esta comunidade de Kolping tem uma estrutura organizacional feita, atividades desenvolvidas em prol da comunidade e práticas de gestão voltadas para uma gestão participativa.

Em relação aos benefícios proporcionados pela associação à comunidade local, foi possível observar que, desde a sua fundação na década de 90, os moradores da comunidade rural adquiriram maior qualidade de vida, principalmente com as conquistas de luz elétrica e água encanada nas casas, além das inúmeras outras conquistas citadas anteriormente. Isto indica também ascensão social, sendo esta organização fundamental para o desenvolvimento local.

Logo, sinteticamente, os principais desafios enfrentados pela comunidade são a falta de incentivo pela gestão pública do município, em que a organização da comunidade consegue, por meio de muita luta, trazer opções de melhoria, como a construção do posto de saúde, porém, a gestão pública municipal não apoia nem acrescenta melhoria levando o projeto ao fracasso. O que deveria ser um desenvolvimento construído em conjunto, se torna um desgaste e desafio por falta de apoio de políticas públicas. Outro ponto é a falta de compromisso de moradores com a organização, totalmente compreensivo, haja vista a falta de apoio governamental para atrativos para novos associados para associação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar as práticas de gestão de uma comunidade de agricultura familiar em Aracoiaba-CE em uma comunidade localizada no Nordeste brasileiro, a Comunidade Kolping de agricultura familiar, do Sítio Tigipió. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, com realização de entrevistas com membro associado da comunidade, com um ex-presidente da organização e com a atual secretária.

Avaliar com o intuito de compreender as práticas da agricultura familiar assim como o desenvolvimento de comunidades rurais é fundamental para entender como esta prática favorece o desenvolvimento local das comunidades rurais e como influenciam socialmente os moradores das comunidades. Sendo assim, buscou-se conhecer além do seu desenvolvimento, os principais problemas enfrentados por estas organizações, bem como apresentar soluções para cada um deles, avaliando em especial o caso da Comunidade Kolping de Agricultura Familiar, do Sítio Tigipió município de Aracoiaba – Ceará.

Constatou-se que a referida comunidade enfrenta problemas principalmente de infraestrutura e formação técnica dos gestores para a coordenação das suas atividades, assim como falta de dedicação exclusiva dos membros no desenvolvimento das atividades na comunidade. Portanto, consegue-se identificá-los e ao comparar com alguns outros exemplos da região nordeste do Brasil e de outras localidades, constatou-se que estes problemas são corriqueiros e comuns.

O primeiro objetivo específico foi analisar o modelo de agricultura familiar desenvolvido na comunidade. Observou-se que a comunidade desenvolve práticas de plantio de grãos para a subsistência e criação de gado e possuem a prática de armazenagem de suprimento e mercadorias para uso comum das famílias.

O segundo objetivo específico foi relacionar o modelo da comunidade com os costumes históricos da comunidade e com os modelos encontrados no Brasil. Constatou-se que a comunidade aprimorou os costumes já desenvolvidos historicamente pela comunidade trazendo desenvolvimento para a localidade. Ao comparar com outros modelos, identificou-se que cada localidade possui costumes pré-estabelecidos de produção e que isso varia e está associado a cada localidade do país.

O terceiro objetivo específico foi identificar os problemas e relacioná-los às possíveis soluções administrativas. O primeiro, e mais visível, problema foi a falta de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades. Apesar da Comunidade Kolping de Agricultura Familiar possuir um modelo pré-estabelecido para o desenvolvimento das

atividades, nota-se que a falta de infraestrutura dificulta o progresso e o sucesso da comunidade. Para isto, apresentaram-se os inúmeros programas sociais de políticas públicas do governo federal de incentivo ao desenvolvimento rural, porém constatou-se que existe um déficit de políticas públicas que garantam o bem estar do pequeno produtor. Um segundo problema foi com relação à gestão, a falta de preparo técnico. Isto seria resolvido se também não existe um déficit de políticas públicas voltadas para o treinamento e acompanhamento da atuação dos gestores responsáveis pela comunidade.

Estes dois problemas refletem num desenvolvimento precário das atividades da comunidade, que resulta também num desenvolvimento social impactado. Apesar disto, a comunidade consegue trazer desenvolvimento local e de certa forma evita o aumento êxodo rural na comunidade.

Assim, o presente estudo serve ainda como um relatório sobre a importância da comunidade em estudo a fim de incentivar mais esforços à gestão pública municipal em contribuir para este projeto que reflete tão diretamente no desenvolvimento local.

Contudo, ressalte-se que o estudo teve como limitação o contexto da pandemia, impedindo que fosse realizada pesquisa de campo mais abrangente.

Vale salientar que as principais contribuições do estudo para a administração pública são ressaltar a importância de políticas públicas serem desenvolvidas efetivamente em comunidades rurais, uma vez salientada a importância socioeconômica destas comunidades para o desenvolvimento local e a participação do município como máquina pública impulsionadora de empreendedorismo para a melhoria de vida das pessoas nestas localidades.

Sugere-se que pesquisas futuras sejam desenvolvidas no intuito de verificar as ferramentas administrativas, tanto das comunidades rurais de agricultura familiar, quanto da gestão pública municipal, apurando os mesmos aspectos socioeconômicos. Além disso, sugere-se que sejam analisadas formas de gestão em outras comunidades a fim de comparar resultados e características locais.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Flávio Sacco dos; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda; GOMES, Mário Conill. Agricultura familiar e políticas públicas: impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 42, n. 3, p. 529-548, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032004000300007>. Acesso em: 21 set. 2020.

BEZERRA, Gleicy Jardim; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações**, v. 18, n. 1, p. 3-15, 2016. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.18-n.1\(01\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.18-n.1(01)). Acesso em: 05 ago. 2020.

BIALOSKORSKI, Sigismundo Neto. **Governança e Perspectiva do Cooperativismo**. São Paulo: Ed. USP, 2003.

BRASÍLIA. **Administração pública: normas e regulamentos**. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRITO, Cleiton Ferreira Maciel; MACIEL Jeane Mariel Brito de Moura. Transformações do rural/urbano na China e os gerentes chineses no Amazonas: novas conexões do trabalho. **Áskesis**, v. 5, n. 1, p. 5 -17, 2016. Disponível em: <https://silo.tips/download/transformacoes-do-rural-urbano-na-china-e-os-gerentes-chineses-no-amazonas-novas>. Acesso em: 15 mai. 2020.

CARVALHO, Patrícia Nasser de. **A política agrícola comum da Europa: controvérsias e continuidade**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Brasília: Rio de Janeiro, 2016.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; JUNIOR, Paulo Cesar Gomes Amorim; SILVA, Marcio Gomes da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **RESR, Piracicaba-SP**, v. 53, n. 1, p. 109-126, 2015.

EMBRAPA. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. – Brasília, DF: Embrapa, 2018.

ENGEL, Vonia; ALMEIDA, Giovana Goretti Feijó de Almeida Feijó de; DEPONTI, Cidonea Machado. Agricultura familiar no contexto das cooperativas rurais: o caso da Ecocitrus. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 34, n. 1, p. 59-81, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2017.v34.26293>. Acesso em: 22 jun. 2020.

FAO (2015) **Social protection and agriculture: breaking the cycle of rural poverty**. Disponível em: <http://www.fao.org/publications/sofa/en/>. Acesso em: 13 fevereiro 2020.

FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante. **Manual de elaboração de tese, dissertação e monografia**. Fortaleza: Ed. Universidade de Fortaleza, 2004.

GOBELS, Hubert. Adolph Kolping – der Volkserzieher, in: "**Kolping, ausgewählte pädagogische Schriften**", besorgt von H. Göbels, Schöningh, Paderborn, 1964.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2000.

ICAGRO, 2016. **Qual o perfil do produtor rural brasileiro?** Disponível em: <http://icagro.fiesp.com.br/perfilprodutor.asp> Acesso em 10/03/2020

JAGER, Ronald. **The Fate of Family Farming: Variations on an American Idea. Lebanon**. NH: The University Press of New England, 2004.

KETTELER WE, MAINZ B. **Die Arbeiterfrage und das Christentum, Mainz, in "Texte zur katholischen Soziallehre II**, 1964 (Kevelaer).

KOLPING BRASIL (2020) Disponível em: <http://kolping.org.br/#quem>. Acessado em: 13 fevereiro 2020.

MAKISHI, Fausto; VEIGA, João Paulo Cândia; ZACARELI, Murilo Alves. Desenvolvimento local de comunidades rurais e suas implicações para as políticas públicas:

Arranjos institucionais e diversificação da produção rural de pequena escala. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 3, n. 2, p. 221 – 241, 2017. Disponível em:

<http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Desenvolvimento-local-de-comunidades-rurais-e-suas-Implicacoes-para-as-politicas-publicas-Arranjos-institucionais-e-diversificacao-da-producao-rural-de-pequena-escala.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MDA (2006) MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário**. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf>>. Acesso em: 13 fevereiro 2020.

MORAIS, Jorge Luiz Amaral; SCHWAB, Patricia Ines. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Revista do CEPE**, n. 49, p. 67-79, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/index>. Acesso em: 03 ago. 2020.

OLIVEIRA, José Rudnei de. **O comprometimento do cooperado com a cooperativa**. 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8397>. Acesso em: 03 ago. 2020.

ONU Organizações das Nações Unidas (2017) **Agricultura familiar promove desenvolvimento rural sustentável e a Agenda 2030**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-agricultura-familiar-promove-desenvolvimento-rural-sustentavel-e-a-agenda-2030/>. Acesso em: 13 fev. 2020.

PORTAL BRASIL (2011) **Agricultura familiar produz 70% de alimentos do País, mas ainda sofre na comercialização**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/07/agricultura-familiar-precisa-aumentar-vendas-e-se-organizar-melhor-diz-secretario>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

REBOUÇAS, Aldo da C. Água na região Nordeste: desperdício e escassez. **Estud. av.**, v.11, n.29, p.127-154, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a07.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SCOLARI, Dante Daniel Giacomelli. Inovação tecnológica e desenvolvimento do agronegócio. **Política Agrícola**, v. 15, n. 4, p. 59 – 73, 2006. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/518>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SIMIONI, Flávio José; STRADIOTTO, Elisabete Stradiotto; BINOTTO, Erlaine; SPERS, Eduardo Eugênio; ARAÚJO, Zilda Aparecida Soares de. Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. **RESR, Piracicaba, SP**, v. 47, n. 03, p. 739-765, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032009000300010>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SOARES, Luis Antônio Silva; PIRES, Maria Luiza Lins Silva. Análise dos processos de crise nas cooperativas agrícolas do nordeste do Brasil. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 1, n. 12, p. 83-110, 2018. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/1847>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SOUSA, Marana Sotero. O desenvolvimento de políticas públicas para o setor rural a partir da relação agricultura familiar, estado e democracia. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**, v. 1, n. 1, p. 117-138, 2015. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdaa/article/view/321>. Acesso em: 13 fev. 2020.

**APÊNDICE A**  
**Instrumento e coleta 1**

Perguntas realizadas nas entrevistas com membros associados da comunidade.

1. A comunidade possui registro junto ao ministério da Fazenda, o CNPJ?
2. Quem são os organizadores e membros?
3. Quando e por que a comunidade foi fundada?
4. Quais as principais atividades inicialmente desenvolvidas pela comunidade?
5. Qual a principal luta da comunidade atualmente?
6. Quais os principais desafios enfrentados pela comunidade hoje?

**APÊNDICE B**  
**Instrumento e coleta 1**

Perguntas realizadas nas entrevistas de campo com membros da comunidade do Sítio Tigipió.

1. Alguém da sua família é membro da comunidade Kolping da agricultura familiar de Tigipió?
2. A comunidade Kolping realiza atividades sociais na comunidade? Se sim, quais?
3. Você participa das atividades realizadas pela comunidade?
4. As reuniões da comunidade são abertas ao restante da comunidade?
5. Na sua opinião, há desenvolvimento local proporcionado pela comunidade?
6. Quais os pontos positivos e os negativos sobre os trabalhos desenvolvidos pela comunidade?

## ANEXOS

**Figura 1** - Os jovens alemães no centro comunitário



Fonte: Francisco Rafael de Oliveira, ex presidente da Comunidade Kolping de Agricultura Familiar, do Sítio Tigipió município de Aracoiaba – Ceará

**Figura 2** - Construção do centro comunitário



Fonte: Francisco Rafael de Oliveira, ex presidente da Comunidade Kolping de Agricultura Familiar, do Sítio Tigipió município de Aracoiaba – Ceará

**Figura 3** - Visita as cisternas.



Fonte: Francisco Rafael de Oliveira, ex presidente da Comunidade Kolping de Agricultura Familiar, do Sítio Tigipió município de Aracoiaba – Ceará